

# Apresentação

O *Cadernos Metr pole* n. 21 reafirma o caráter interdisciplinar do periódico, reunindo trabalhos de cientistas sociais e planejadores urbanos num debate sobre os temas da cidadania e da gestão democrática da cidade. Esses temas, cada vez mais caros às discussões contemporâneas sobre as cidades, envolvem, por sua vez, a análise das formas de sociabilidade e das rela es de conflito que se estabelecem e se reproduzem com as transforma es do território e das rela es de poder.

No contexto dessas preocupa es, o texto de Brasilmar Ferreira Nunes busca compreender a rela o entre o espaço construído e a sociedade na cidade de Brasília, mostrando como a capital federal moldou-se às necessidades de seus habitantes e como os espaços edificados – e sua transforma o – interferem nos padrões de sociabilidade, alterando o uso dos espaços e resignificando territórios. Tomando como referência o Plano Piloto de Brasília e o seu Setor de Diversões Sul – SDS/Conic, o autor discute a rela o espaço construído-sociedade, demonstrando que a cidade, em sua dinâmica, altera as propostas originais do planejamento, adaptando-se às necessidades de seus habitantes e às formas de sociabilidade cotidianamente estabelecidas. Ainda sobre o caso de Brasília recaem as preocupa es de Aldo Paviani, cujo texto analisa as demandas não atendidas de moradores de certas áreas do Distrito Federal por serviços de saúde pública, educa o, transporte e habita o. Segundo o autor, alguns encaminhamentos se fazem necessários para que o poder público adote políticas globalizantes, superando a es isoladas, paternalistas ou clientelistas, pois somente “a visão da totalidade ampliar  o acesso democrático ao espaço da cidade por parte dos urbanistas, cidadãos e construtores da vida urbana”.

Outra questão central no debate sobre a gestão da cidade e da cidadania refere-se ao déficit habitacional e às pesquisas sobre habitação. Contribuindo para esclarecer pontos importantes da discussão, o texto de Ermínia Maricato aponta – a partir de cuidadosa revisão bibliográfica – que a maior parte das pesquisas sobre habitação, embora forneça um quadro importante sobre a carência de moradias, a segregação, a exclusão social e as políticas institucionais, aborda prioritariamente a esfera do consumo “ignorando a centralidade da produção na determinação do ambiente construído”. Maricato discute, ainda, o impacto da globalização na provisão de moradias e incentiva os pesquisadores brasileiros a enfrentarem o desafio de realizar estudos que venham suprir as lacunas apontadas.

Ampliando o debate para o caráter e a dimensão internacionais da metropolização, Óscar Alfonso destaca que a maior parte da literatura recente se concentra mais na necessidade de atuar sobre o fenômeno metropolitano do que de compreendê-lo. A partir de um exame crítico de alguns casos concretos, seu artigo analisa, de modo comparativo, os desafios enfrentados por aglomerações metropolitanas da Europa, da América Latina e da América do Norte – na busca por alternativas que favoreçam a adoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento metropolitano.

Os resultados de outro estudo comparativo entre áreas metropolitanas são apresentados no trabalho de Rogério Proença Leite e Paulo Peixoto, questionando os processos de patrimonialização de centros históricos implantados em áreas degradadas do Recife Antigo, no Brasil, e na Zona Histórica da Cidade do Porto, em Portugal. O argumento central do trabalho apoia-se na constatação de que “após o período de apogeu das intervenções urbanas, que agem como um elixir para os problemas de uma realidade decadente, ocorre uma contrarrevanche exacerbada por um sentimento de reconquista do espaço que aniquila as perspectivas depuradoras dessas operações” e contribui para a avaliação das políticas urbanas de enobrecimento. Trata-se de trabalho instigante que convida à reflexão acerca das consequências de algumas políticas de intervenção que, mais do que revitalizar, propõem a mudança do uso dos espaços enobrecidos.

Mariana Fialho Bonates também contribui para a discussão sobre a reabilitação de áreas centrais analisando programas de intervenção habitacional nos centros de cidades brasileiras de médio e grande porte. A partir do estudo de situações concretas, a autora lembra que a ideia de conjugar a política habitacional com a política de preservação dos sítios históricos de áreas centrais não é recente e levanta hipóteses que explicariam por que os recursos do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) têm sido aplicados, em sua grande maioria, em obras de construção de novos conjuntos habitacionais e não na reabilitação de edifícios abandonados ou degradados.

O texto de Luciana Teixeira de Andrade, Juliana Gonzaga Jayme e Rachel de Castro Almeida aborda o tema das mudanças no uso e o declínio dos espaços públicos das grandes cidades, em detrimento dos espaços semipúblicos ou privatizados. Partindo do estudo das formas de sociabilidade observadas em algumas praças de Belo Horizonte, as autoras demonstram que, apesar de ainda serem bastante utilizadas como espaços

públicos, seus frequentadores buscam, preferencialmente, a relação entre iguais, reproduzindo nos espaços públicos a segregação socioespacial observada na cidade.

Problematizando o argumento de que a proliferação de organizações sociais seria uma condição necessária para a geração de confiança e, conseqüentemente, de capital social, o texto de Marcelo Kunrath Silva e Soraya Vargas Côrtes estabelece um diálogo crítico com a obra de Robert Putnam. A partir dos resultados de *survey* sobre Cultura Política na Região Metropolitana de Porto Alegre, procuram demonstrar que tal argumento não tem sustentação e ressaltam a necessidade de incorporar a dimensão político-institucional às análises do associativismo, mostrando que não existe uma relação direta entre o associativismo e a confiança em instituições políticas.

A análise de instrumentos de participação direta da cidadania, como o Orçamento Participativo, podem representar, segundo Paulo Edgar da Rocha Resende, uma grande inovação no processo de tomada de decisões de governos locais, ampliando a inclusão de sujeitos políticos e a justiça na distribuição territorial/social dos investimentos públicos. A partir da avaliação do funcionamento do Orçamento Participativo do Município de São Paulo, entre 2001 e 2004, o autor discute as razões pelas quais o Orçamento Participativo, muitas vezes um eficaz mecanismo de participação cidadã nos rumos das cidades, sofreu contingenciamentos e, conseqüentemente, perdeu peso no cenário decisório da maior metrópole brasileira.

Na mesma linha de reflexão proposta por Resende, o texto de Cátia Wanderley Lubambo e Flavio Cireno Fernandes aborda a questão da participação e da gestão territorial focalizando, mais especificamente, a capacidade de atuação de Conselhos e Fóruns no sentido de influenciar decisões e ações públicas. A partir de estudo comparativo de dois Programas de Governo – em municípios localizados em Pernambuco e Santa Catarina –, discutem as condições, expectativas e limitações da implantação de estruturas de gestão territorial, destacando a influência dos atores políticos locais e de suas bases eleitorais.

Manoel Teixeira Azevedo Junior, arquiteto e urbanista, apresenta, na sequência, outra discussão de extrema relevância para todos os que pensam e exercem a gestão do território em centros urbanos. O autor discute os programas de regularização de assentamentos informais ou de loteamentos irregulares apontando a importância dos instrumentos de política urbana do Estatuto das Cidades para a reversão das várias formas de ilegalidade urbana e a universalização do direito à cidade.

Analisar as formas de participação da sociedade civil no planejamento urbano da cidade de Santos, no período compreendido entre os anos de 1945 e 2009, é o objetivo do artigo de Luiz Antonio de Paula Nunes. Seu estudo revela como a construção e institucionalização de espaços políticos e a criação de comissões e conselhos conduziu à ampliação da participação popular no planejamento urbano no transcorrer do período estudado, mudando de acordo com o pensamento urbanístico as ferramentas e os cenários políticos.

A participação popular, agora no Município de Diadema, na Região Metropolitana de São Paulo, é também o objeto do estudo da historiadora Joana Darc Virginia dos Santos. A mobilização da população por melhores condições de vida, em especial no que se refere à infraestrutura, ocupou lugar de destaque ao longo de três mandatos consecutivos de prefeitos do Partido dos Trabalhadores (1982-1996), reunindo experiências com resultados bastante heterogêneos e que são analisados pela autora em sua investigação sobre os atores envolvidos.

Em complementação aos textos do dossiê, a cidade de São Paulo volta à cena com o texto de Marina Pacheco e Silva e Helena Ribeiro sobre os catadores autônomos de materiais recicláveis. Após a apresentação de informações sobre a importância da coleta seletiva e a dimensão do problema do lixo na cidade de São Paulo, as autoras elaboram algumas hipóteses explicativas para a não inclusão de parcela significativa dos catadores no Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura Municipal de São Paulo. Essas hipóteses apontam, entre outros fatores, para as dificuldades de organização e gestão dos grupos de catadores e para a ausência de uma ação sistematizada da Prefeitura Municipal de São Paulo no sentido de incentivar a participação dos catadores no Programa de Coleta Seletiva oficial. A questão da gestão urbana é novamente colocada, aliando-se à sustentabilidade urbana e aos desafios que se colocam para a conquista da cidadania.

Ainda que se considerem as especificidades das abordagens, o caráter interdisciplinar das discussões propostas e as peculiaridades dos estudos de caso, os artigos reunidos neste número apontam, de modo inequívoco, para as conquistas obtidas pelas novas formas de participação e para as mudanças geradas pelos novos instrumentos de gestão no âmbito dos processos de governança democrática.

*Lucia Bógus*  
*Luiz César de Q. Ribeiro*  
Editores científicos